

Língua francesa e língua portuguesa no Brasil do século XIX: entre a francofilia e os discursos pela língua nacional /

Langue française et langue portugaise au Brésil du XIXème siècle: entre la francophilie et les discours sur la langue nationale

Rita Cristina Lima Lages *

Professora adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto/MG. Doutora em Educação pela UFMG (2013), com atuação, principalmente, no campo de pesquisa sobre história do ensino de línguas no Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0003-0796-3363>

Recebido: 02 jul. 2022. **Aprovado:** 12 nov. 2022.

Como citar este artigo:

LAGES, Rita Cristina Lima. Língua francesa e língua portuguesa no Brasil do século XIX: entre a francofilia e os discursos pela língua nacional. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 11, p. 260-285, nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8106424>

RESUMO

O objetivo com este trabalho foi investigar o processo de escolarização da língua francesa na instrução pública brasileira nas primeiras décadas do século XIX. Evidenciava-se nesse período uma ambiência cultural marcada por forte influência francesa que se dava, sobretudo, pela circulação e usos de impressos, o que apontava a França como grande produtora e comerciante de conhecimentos. É nesse contexto que a língua francesa foi proposta e instituída como disciplina escolar na instrução pública brasileira desde a primeira década do século XIX. Tomaram lugar central nas análises empreendidas: a produção de uma legislação que institui o ensino da língua e promove a “passagem” de uma prática cultural para um saber escolarizado e a relação desse processo como o contexto cultural. Destacam-se, ainda, registros de um paradoxo. A mesma língua portadora de um paradigma de civilidade, que permite o acesso ao conhecimento necessário a uma sociedade esclarecida e que se deseja civilizada, poderia apresentar um aspecto negativo a partir do momento em que passava a interferir na identidade da nação, vislumbrada, também, por meio da unidade de sua língua pátria.

PALAVRAS-CHAVE: Língua francesa; Língua portuguesa; Identidade nacional; Brasil; Século XIX

RÉSUMÉ

Avec ce travail on a eu le but d'étudier le processus de scolarisation de la langue française dans l'instruction publique au Brésil pendant les premières décennies du XXe siècle. Se donnait à voir dans cette période une ambiance culturelle marquée par une forte influence française qui se montrait surtout par la circulation et usage des imprimés, ce qui indiquait la France comme la grande productrice et marchande de connaissances. C'est dans ce

*

 rita.lages@ufop.edu.br

contexte que la langue française est proposée et instituée comme discipline scolaire dans l'enseignement public brésilien depuis la première décennie du 19ème siècle. Se trouveront dans le centre des analyses proposées: la production d'une législation qui prescrit l'enseignement de la langue et institue le "passage" d'une pratique culturelle à un savoir scolarisé, et la relation de ce processus avec le contexte culturel. Nous soulignons également les enregistrements d'un paradoxe. Le même langue qui porte un paradigme de civilité, qui permet l'accès aux connaissances nécessaires à une société éclairée qui rêve d'être civilisée, pourrait présenter un aspect négatif à partir du moment où elle a commencé à interférer dans l'identité de la nation, également envisagée à travers l'unité de sa langue de patrie.

MOTS-CLÉ : Langue française; Langue portugaise; Identité nationale; Brésil; 19ème siècle

1 Introdução

Os estudos de Lages e Silva (2007), voltados para a história do ensino de francês no Brasil e em Minas Gerais, de modo mais específico, evidenciam que desde a primeira metade do século XIX pode-se verificar a produção de uma ambiência cultural fortemente marcada pela cultura e língua francesas, que se faziam notar, sobretudo, por meio da circulação de livros e impressos. A circulação e usos do idioma francês mostraram-se presentes em epígrafes, traduções e citações de autores franceses em jornais, catálogos de livrarias e bibliotecas públicas e particulares, anúncios de venda de livros, anúncios de aulas particulares etc.

Ao considerar que as práticas culturais da língua francesa teriam funcionado como elemento propulsor no movimento de escolarização desse idioma no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, pretende-se apresentar neste trabalho, em primeiro momento, elementos que nos aproximam tanto dessas práticas, quanto da institucionalização do ensino do idioma. Em uma segunda abordagem, o objetivo se volta para a problematização dos discursos que expõem e criticam tanto a interferência do léxico do francês na língua portuguesa quanto à sobreposição do ensino do francês à língua nacional. Tal crítica não se faz sem importância dado o contexto da pós-independência do Brasil e da manifestada defesa da língua portuguesa como idioma nacional, congruente, pois, com o fortalecimento e identidade da nação brasileira. Metodologicamente, a escrita deste texto se constitui de revisão bibliográfica – sobretudo dedicada aos estudos que tratam da presença da língua e da cultura francesa no Brasil –, como também de dados coletados em fontes primárias, como jornais, documentos do Arquivo Público Mineiro (APM), legislação educacional, e de documentos oficiais, como os Relatórios de

Presidentes de Província¹. Quanto às orientações metodológicas, destaca-se um cruzamento de olhares no qual se sobrepõem elementos dos campos de estudos da história do ensino de línguas no Brasil, história das ideias linguísticas, história da educação, história das disciplinas escolares, história do livro e da leitura, dentre outros. Portanto, para a problematização dos dados, vale-se aqui do acúmulo de estudos sobre o tema, bem como de pesquisas realizadas em fontes primárias.

2 Cultura e língua francesa no Brasil do século XIX

Ao discutir sobre as relações e as implicações dos intelectuais na sociedade e na política, no âmbito Brasil-França, Wilma Peres Costa (2003) fala das rotas de peregrinações que se deram, sobretudo, no final do século XVIII e de viagens de intelectuais no século XIX, ao apontar diferentes características para os dois movimentos. A peregrinação “explorava a afinidade existente entre o processo de *formação dos intelectuais* como categoria social e como carreira, e o de *formação do sentimento nacional*.” (COSTA, 2003, p. 58, grifos da autora). Já a viagem

passa a ser entendida não apenas como estratégia de autoconhecimento, mas também de conhecimento objetivo e científico do mundo, a partir das duas grandes correntes que alimentam de forma combinada e contraditória o século XIX, o Romantismo e o espírito científico.

De acordo com a autora,

a partir das primeiras décadas do século XIX, a atração pela América do Sul foi muito intensa nos roteiros dos viajantes. Esse movimento associa-se em primeiro lugar à atração que exercia sobre cientistas e geógrafos, um continente que ficara fechado à exploração de estrangeiros durante todo o período colonial (COSTA, 2003, p. 62- 64).

É importante destacar, no caso do Brasil, a abertura dos portos às nações estrangeiras em 1808, para melhor entender a intensificação das relações Brasil/França nos mais diversos domínios a partir de então. Ainda segundo Costa (2003, p. 64),

¹ MINAS GERAIS. Relatórios dirigidos à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelos Presidentes da Província – 1837-1889. Disponível em: <<http://www.crl.edu/catalog/index.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

Com o fim das Guerras Napoleônicas, a motivação científica francesa ganha corpo e a ela não era estranha essa motivação econômica e geopolítica. Com as guerras coloniais do fim do século XVIII e a venda da Louisiana em 1812, os franceses haviam sido praticamente expulsos da América do Norte, enquanto, com os movimentos de Independência, assistiam crescer a influência econômica e política da Inglaterra no continente. O contexto da rivalidade anglo-francesa é, assim, o mais relevante para entender a dinâmica da aproximação entre França e América do Sul, dinâmica esta que procurou compensar a menor presença econômica com a busca de uma hegemonia no campo cultural. (COSTA, 2003, p. 64).

Em um estudo sobre as práticas de leitura, de instrução e de línguas no Brasil colonial, Luiz Carlos Villalta (1997) refere-se à presença francesa nesses domínios: a partir do final do século XVIII, o francês passa a concorrer com o latim como língua culta, seguido de longe pelo inglês. Ele cita os relatos do viajante Saint-Hilaire, que diz ter conhecido homens instruídos que liam autores franceses e que haviam aprendido francês sem terem sido instruídos por mestres e, além disso, que o praticavam muito entre si. Conforme Villalta, as obras publicadas nesse idioma passam a compor o catálogo de bibliotecas coloniais, a língua viria influenciar no léxico, como, por exemplo, naquele dos inconfidentes de 1794, que vão utilizá-la em seus discursos. Vista então como portadora de ideias revolucionárias, essa língua era considerada como perigosa para os habitantes da colônia. Sendo assim, muitas famílias proibiam seus filhos de a praticarem.

Estudos como esses de Villalta, quer tratem da história da leitura, quer dos impressos de modo geral, no Brasil, são grandes portadores de elementos sobre as mais diversas formas da circulação da língua francesa no Brasil.

Trazem esses elementos de forma expressiva, as pesquisas realizadas por Nelson Schapochnik (1999) sobre as práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial — ou Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para investigar algumas dessas práticas, tomou como fonte o livro de consultas públicas, no qual constava o registro, realizado pelos amanuenses, das obras retiradas. O livro, localizado na Seção de Manuscritos, trazia o título das obras solicitadas diariamente no período de 1843 a 1856.

Com base nesse fundo, Schapochnik (1999, p. 300) compõe um quadro no qual pretende indicar o movimento dos consulentes na Biblioteca, além de realizar uma tabela na qual procura “avaliar as habilidades linguísticas dos leitores que frequentaram a instituição”. Ainda

que seja questionável a expressão *habilidades linguísticas*, dada a necessidade de uma pesquisa mais profunda das formas de apropriação da parte daqueles leitores que retiram obras estrangeiras, a tabela 1 abaixo fornece excelentes informações sobre a circulação de obras francesas no Brasil do século XIX, além de indiciar uma grande difusão da prática da leitura em língua francesa.

TABELA 1

Consulta pública (1843-1856) – Consultas por língua

LÍNGUA	TOTAL	%
PORTUGUÊS	12 577	65,45
FRANCÊS	5 576	29,01
LATIM	511	2,65
OUTRAS*	206	1,05
INGLÊS	173	0,90
ESPAÑHOL	172	0,89

Nota: * Inclui: Sem identificação (141 –0,73%); italiano (40 – 0,2%); alemão (2 – 0,1%); grego (4 – 0,02).

Fonte: SHAPOCHNIK, 1999, p. 301.

Com base nos dados apresentados, Schapochnik comenta:

A tabela [1] não deixa dúvidas sobre a suplantação do latim pela língua francesa.² E, em alguns casos, o domínio do francês ameaça ou mesmo supera o emprego do vernáculo, indicando simultaneamente as deficiências do mercado editorial luso-brasileiro e um misto de fascínio e necessidade que esta língua exercia nos diversos níveis de ensino (SCHAPOCHNIK, 1999, p. 301).

Por sua vez, ao buscar descrever e analisar as ideias políticas e filosóficas que estariam presentes e atuantes em Minas Gerais, no século XIX, José Carlos Rodrigues (1986) fala a respeito das principais cidades mineiras onde essas ideias circulavam, como também da existência de bibliotecas e livrarias que aí se configuravam como peça fundamental. As cidades de Vila Rica (hoje, Ouro Preto), Mariana, Sabará, São João Del Rei, São José Del Rei (hoje, Tiradentes) e algumas outras cidades iriam comungar as mesmas ideias da Ilustração e dos enciclopedistas. Evidenciar-se-iam como os principais centros de circulação dessas ideias a

² Observação também feita nos estudos de Villalta (1997), quando fala a respeito de o francês vir concorrer com o latim como língua culta já no final do século XVIII.

biblioteca de São João Del Rei e a famosa Livraria Cônego Luís Vieira (em Ouro Preto),³ nas quais se encontravam presentes as principais obras dos ideólogos e enciclopedistas franceses.

Rodrigues (1986) considera o cônego Luís Ferreira um representante típico que viria motivar todo o movimento da Inconfidência. Encontra-se registrada nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira uma extensa lista de livros confiscados da biblioteca do cônego, a maioria deles, de autores franceses, dentre os quais: Condillac, Diderot, Voltaire, D’Alembert, de Fleury, de Bossuet, de Tissot, de Fabri, etc.. Cabe ressaltar que existiam, até mesmo, obras de autores de outras línguas traduzidas e publicadas em língua francesa, como é o caso do tratado do escocês Cullen, cuja obra adotada era *Eléments de médecine pratique*. Algumas outras obras eram publicadas em latim e os títulos em língua portuguesa constituíam a minoria (RODRIGUES, 1986).

Também tomando para seus estudos os usos, a circulação e apropriação de livros e impressos de forma geral, na Província de Minas Gerais, Christianni Cardoso Morais (2001) apresenta um trabalho sobre as estratégias de difusão da cultura escrita na Vila de São João Del Rei, entre 1824-1831, estratégias analisadas, principalmente, por intermédio da criação e do funcionamento da Livraria Pública de São João Del Rei ou da Biblioteca Baptista Caetano d’Almeida.⁴ Ao colocar como título de um capítulo da dissertação “Luzes para a Vila de São João Del Rei: o projeto de criação da Livraria Pública”, a autora torna expresso a função que teria desempenhado a livraria. Sobre os sentidos do projeto de criação da biblioteca, a autora comenta:

À primeira vista, a criação de uma Biblioteca Pública na Vila de São João del Rei pode parecer uma excentricidade, mas esse projeto só tem sentido quando inserido em seu contexto, num espaço urbano intensamente ativo e projetado por uma parcela da elite local que se referenciava nos ideais iluministas. De acordo com esse ideário, a prática da leitura – *a leitura útil* – se constituía como uma das estratégias através das quais era possível ‘civilizar’ os indivíduos, tornando-os cidadãos submetidos à ordem pública e ainda levar a recém-fundada nação brasileira a ingressar na corrida constante que culminaria com o ‘progresso’. Tendo em vista a necessidade de se constituírem um povo e uma nação civilizados, as elites brasileiras buscavam inspiração na França, tornando esse país o modelo de civilização

³ Cf. RODRIGUES, 1986, p. 25. O cônego Luis Ferreira era também professor de Filosofia do Seminário de Mariana.

⁴ A livraria pública de São João Del Rei, inaugurada em 1827, é apontada pela autora como a primeira Biblioteca Pública da Província de Minas Geraes. (Cf. MORAIS, 2001, p. 61)

almejado. Daí o interesse pelos espaços de sociabilidade, pelo idioma, livros e autores franceses. (MORAIS, 2001, p. 172, grifo da autora).

A predominância de títulos diversificados, publicados em língua francesa compondo acervos de bibliotecas públicas ou particulares, lotes comprados em leilões ou mostrando-se em anúncios de jornais, evidenciava a França como grande produtora e comerciante do conhecimento. Essa comercialização, desencadeada pelo envolvimento direto dos empreendedores da imprensa no processo de difusão de todos os tipos de saberes levou o pesquisador Peter Burke (2033, p. 145) a utilizar a expressão “o negócio do iluminismo”. Temos, pois, que esse “grande negócio” se fez notar no Brasil, elevando, conseqüentemente, a língua francesa como veículo, como mediadora de acesso aos conhecimentos produzidos.

Um estudo realizado por Marco Morel (2005) pode ser tomado como importante referencial que ajuda a situar e compreender melhor essas práticas culturais que permitiram, por meio, sobretudo dos impressos — nas suas mais variadas formas de produções —, possibilidades de circulação e usos da língua francesa no Brasil, no século XIX. As análises de Morel incidem sobre as transformações dos espaços públicos — mais exatamente do Rio de Janeiro, entre 1820 e 1860 — promovidas por complexas redes de sociabilidades, da qual fizeram parte a imprensa e os agentes políticos. Ocupa lugar central nessa rede, o editor e livreiro francês Pierre Plancher, que se estabeleceu no Rio de Janeiro. Os livros e os demais impressos franceses — considerados como uma herança da Revolução francesa —, vendidos em sua livraria na rua do Ouvidor, teriam funcionado como os mediadores das ideias das *luzes*, ao criar “uma teia entre as práticas culturais de edição e venda, a organização da cultura no Estado nacional que se construía e as ideias políticas que balizavam e criavam referências.” (MOREL, 2005, p. 59).

Essa hegemonia da referência francesa no campo cultural brasileiro foi bastante explorada por um estudo — que precede a todos os citados — de Gilberto Freyre (1940), no qual ele toma, como ele próprio diz, “por ponto de apoio” a figura e o percurso de um engenheiro e arquiteto francês no Brasil, Louis Léger Vauthier, estabelecido em Pernambuco, entre 1840 e 1846. Ao orientar suas análises pela intensificação da influência da França, nas primeiras décadas do século XIX, Freyre traça, primeiramente, um breve panorama sobre as relações estabelecidas entre Brasil e França desde a Colônia. Em seguida, trata da presença francesa

que se deu, segundo seus estudos, não só no campo das ideias mediadas pelos livros, mas também pela forte presença de franceses no Brasil, nas primeiras décadas do XIX, que, por sua vez, proporcionariam uma influência da cultura e da técnica francesas. Segundo Freyre (1940, p. 34),

com a vinda para o Brasil, depois da Chegada de Dom João VI, de artistas, engenheiros, mestres, parteiras, commerciantes, cozinheiros, pasteleiros, modistas, retratistas, propagandistas de drogas, representantes de indústrias, e também de emigrados políticos ilustres, alguns até fidalgos, se afirmou entre nós, de modo mais vigoroso, a influência da cultura e da technica francesas. É certo que o livro francês, ou melhor, a língua francesa, pelo seu puro prestígio de lingua literária e diplomatica – ainda que de hereges – agiu grandemente a favor da irradiação da cultura francesa no Brasil: isto é, entre grupos de elite. (FREYRE, 1940, p. 34).

Propondo-se apresentar uma influência que teria se exercido pelos agentes “technicos”, conforme Freyre os denomina, o autor toma como fonte aproximadamente dois mil anúncios de jornais⁵ do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, por meio dos quais esses agentes se permitiram ver. Indivíduos, que os classifica como

quase sumidos ao lado do que a sciencia, a pedagogia, a literatura e arte francesas enviaram até nós de mais grandioso – a missão artística de 1816, por exemplo, com o seu Grandjean de Montigny e o seu Taunay – é que os anúncios de jornaes apresentam uma massa enorme de factos typicos, um material cheio de repetições valiosas para efeitos de explicação scientifica, de esclarecimento psychologico, de comparação histórico-social; e não apenas de fixação e interpretação do facto rigorosamente – ou convencionalmente – histórico: interpretação circumscripita ao único ou ao extraordinário. (FREYRE, 1940, p. 35).

Além dos anúncios dos “serviços” oferecidos ao público por esses indivíduos franceses, Freyre (1940, p. 84-85) também trata daqueles da venda de livros de mesma origem, pois afirma que “não é só o livro francês de literatura, de philosophia, de política, que aparece com frequência naqueles annuncios: também o livro technico, original ou traduzido.”

E, por meio do percurso do engenheiro Vauthier, em Pernambuco, caso exemplar da influência descrita por Freyre, o autor conclui:

⁵ Freyre (1940, p. 35) classifica esses anúncios como material “virgem” para a pesquisa.

Em Vauthier e o no grupo de técnicos franceses seus colaboradores e auxiliares encontra-se um foco activíssimo do que os modernos estudiosos ingleses e norte-americanos de culturologia chamariam de “culture-spread”, ou de propagação de cultura, por meio da técnica acompanhada de irradiação: a) comercial, de productos; b) intelectual, de idéias; c) principalmente social, de costumes, usos e estilos de vida. (FREYRE, 1940, p. 36)

Essa presença francesa em vários aspectos da vida social brasileira da qual fala Freyre será posteriormente tratada por Luiz Felipe de Alencastro (2004, p. 39), em seus estudos, a respeito da referência europeia no Brasil Imperial: “Com a inauguração, a partir de 1850, de uma linha regular de navio a vapor entre Liverpool, na Inglaterra e o Rio de Janeiro, o tempo imperial entra em sincronia com o tempo da modernidade europeia” Segundo esse autor, a partir de 1852, confirma-se o francesismo das elites brasileiras, que estabelece, além de modas, modos de vida:

Folhetins, operetas, e romances vindos da França difundiam no Império a imagem de um modo de vida rural, conservador e equilibrado, entrelaçado de aldeias e pequenas cidades nas quais o padre e o militar, quando havia casernas, apareciam como personagens de prestígio.

Desenhava-se a representação de uma sociedade rural francesa que aparecia como um paradigma da civilidade para a sociedade tropical e escravagista dos campos do Império. (ALENCASTRO, 2004, p. 42).

Lopes (1991, p. 34), a respeito da educação feminina em Minas Gerais no século XIX, mostra a presença francesa nesse domínio:

É ainda Paris ditando a moda e o bom-tom das boas famílias burguesas, interiorizando costumes, hábitos, passando cordões de isolamento por toda a sociedade, desinfetando os espaços públicos, editando e exportando manuais de delicadeza, de guloseimas, de qualidade e de defeitos das meninas e mocinhas casadoiras. (LOPES, 1991, p. 34). [...].

Diva do Couto Gontijo Muniz (2003, p. 238), também ao se dedicar à investigação sobre educação das moças mineiras nesse período, fornece elementos a respeito dos colégios femininos da província. Ela nos fala sobre as irmãs francesas da ordem de São Vicente de Paula, trazidas da França em 1849 pelo, então, Bispo de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso, especialmente para educar as moças mineiras:

Civilizar as mineiras — e também alguns jovens de outras províncias — foi tarefa e desafio a que as vicentinas dos colégios Providência e N. S. das Dores não se furtaram e, mesmo, neles se empenharam com vigor desdobrado. Elas assim procederam não apenas pelas pressões familiares e pelo propósito de que se achavam imbuídas de transformar suas alunas em 'boas cristãs' e 'boas mães' mas, também, pela meta buscada de fazer com que as 'preguiçosas', 'geniosas' e 'rudes' mineiras adotassem comportamentos 'civilizados', ou seja, segundo o padrão cultural francês. (MUNIZ, 2003, p. 238).

Segundo Muniz, a língua francesa foi nesse momento um ingrediente de formação escolar cuja intenção era homogeneizar condutas, além de conferir uma distinção social e um estatuto de educadas àquelas jovens mineiras.

Após vislumbrar a circulação da cultura e da língua francesa em Minas Gerais e no Brasil no século XIX, apresenta-se a seguir os primeiros momentos de formalização do ensino escolar desse idioma.

3 Institucionalização do ensino escolar da língua francesa no Brasil

Ao considerar a produção da legislação como elemento que normatiza e oficializa o lugar do francês na instrução pública, marcando a “passagem” de uma prática cultural para um saber escolarizado, o que foi produzido nesse sentido? A criação da primeira Cadeira de francês no Rio de Janeiro, pela Resolução de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço, de 14 de julho de 1809, marca a inserção do francês na instrução pública brasileira. Além do francês, são criadas as Cadeiras de Inglês, de Aritmética, de Álgebra e Geometria. Encontra-se em Pires de Almeida (2000, p. 42) a nomeação por Carta Real, do dia 26 de agosto do mesmo ano, do Padre René Boiret como professor de língua francesa. Cita, o autor, os termos da carta: “A língua francesa sendo a mais difundida e, por assim dizer, universal, a criação de uma Cadeira desta língua é muito necessária para o desenvolvimento e a prosperidade da instrução pública.” Ainda segundo Almeida, o professor veio de Portugal, onde exercia as mesmas funções no Colégio Real dos Nobres. Percorrendo ainda essas releituras, encontrei em Haiddar (1972, p. 47) uma referência à Lei Imperial de 11 de agosto de 1827, que cria dois cursos de ciências jurídicas e sociais – um em São Paulo e outro em Olinda – nos quais se exigiam conhecimentos, dentre outros, da língua francesa para se matricular. Diz o art. 8º:

Art. 8º. Os estudantes, que se quiserem matricular nos Cursos Jurídicos, devem apresentar as certidões de idade, por que mostrem ter a de 15 anos completos, e de aprovação da língua franceza, grammatica latina, rhetorica, philosophia racional e moral, e geometria.

Conforme Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2003, p. 20), após o fechamento dos colégios jesuíticos em 1759, criou-se, em Portugal, nas cabeças de comarca, “aulas régias avulsas” de gramática latina, grega e hebraica, de retórica e de filosofia, que deviam ser preenchidas por professores escolhidos em concurso público. No que diz respeito ao Brasil, a distribuição dessas aulas fora detalhada para todo o Império português, na Lei e no Mapa de 6/11/1772: o Brasil começava com 44 aulas régias, sendo 17 de primeiras letras, 15 de gramática latina, seis de retórica, três de gramática grega e três de filosofia⁶ (HILSDORF, 2003, p. 21).

Após a criação da Cadeira de francês na cidade do Rio de Janeiro em 1809, tem-se, em 1831, a extensão do ensino de francês, primeiramente para a Província do Ceará pelo Decreto Imperial de 25 de junho de 1831 e, posteriormente, pelo Decreto Imperial de 11 de novembro de 1831, para as demais províncias. Além do francês, criaram-se outras cadeiras da instrução secundária.

Através do Decreto de 25 de junho de 1831, que cria Cadeiras da instrução secundária na Província do Ceará, estabeleceu-se:

A Regencia, em Nome do Imperador, D. Pedro II, Tem Sancionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1º Ficam creadas na Cidade de Fortaleza, Capital da Provincia do Ceará, as Cadeiras de philosophia racional e moral, rhetorica, geometria, e francez, com o ordenado e seiscentos mil réis cada uma. (IMPÉRIO BRASILEIRO, 1831, p. 26).

Conforme o Decreto Imperial, de 11 de novembro de 1831, que se fez extensiva às províncias a disposição de 25 de junho do mesmo ano: “Faz extensiva a todas as Provincias a disposição do Decreto de 25 de Junho deste anno, que autorizou a criação de Cadeiras de instrução secundária na Provincia do Ceará.” (IMPÉRIO BRASILEIRO, 1831, p. 21. Há de se observar a significativa produção de decretos imperiais que criaram Cadeiras de ensino

⁶ A autora faz uma descrição detalhada das localidades onde tais aulas foram criadas no Brasil.

secundário em algumas províncias brasileiras no ano de 1831. Antes do decreto, que estende, às outras províncias, as Cadeiras criadas no Ceará, existem outros que criam Cadeiras de francês em Goiás e no Maranhão e outras na Bahia, dentre elas, uma de francês. Segue uma parte dos textos comum na apresentação dos referidos decretos:

Decreto – De 11 de novembro de 1831

Crêa uma Cadeira de francez na capital do Maranhão.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Há por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Província do Maranhão. (IMPÉRIO BRASILEIRO, 1831, p. 216).

No edital para o exame dos *oppositores*⁷ à primeira Aula Pública de francês criada em Minas Gerais deixa evidente esse movimento entre as Resoluções do Conselho e a produção de uma legislação por parte do Império, destinada à escolarização.

Editaes

O Ilm. E Exm. Sr Presidente da Provincia manda annunciar que, na conformidade da Resolução de Exm. Conselho do Governo em Sessão de 21 do corrente, em observância do Decreto de 11 de novembro de 1831, esta aprasado para o dia 26 de Março próximo o exame dos opositores á Cadeira de Francez estabelecida nesta cidade, com o ordenamento annual de quatrocentos mil réis. E para constar se expede o presente, que será publicado nos lugares de costume.

C. do Ouro Preto em 22 de Fevereiro de 1832.

O Secretário do Governo,

Luiz Maria da Silva Pinto. (O UNIVERSAL, p. 2, 29 fev. 1832).

Sobre a importante atuação do Conselho Geral da Província na organização da instrução pública, fato acima reportado, ocorreu na Província de Minas Gerais, em 10 de janeiro de 1831, a criação da primeira Cadeira de francês, antes, portanto, da produção do Decreto Imperial que estende às províncias as cadeiras de instrução secundária existentes na corte. José Ribeiro Bhering, então membro do Conselho Geral da Província de Minas Gerais, propõe a criação da primeira Aula Pública da língua francesa em 1831 nos subsequentes termos:

⁷ Termo frequentemente utilizado na época para se referir aos candidatos, no caso, os professores.

Sendo de grande interesse á mocidade Mineira que se destina á carreira da Magistratura todas as Cadeiras de Estudos preparatórios, sem os quais não se pode progredir facil e comodamente nas Sciencias Políticas, e Sociais da Academia Paulistana e estando já creada na Cidade de Mariana as Cadeiras de 1as Letras, Gramática Latina, Rhetórica, e no Ouro Preto as Filosofia, e Geometria, faltando unicamente uma Cadeira de Gramática Francesa para complemento dos ditos Estudos preparatórios [...].

[...] O Conselho Geral da Provincia de Minas, desejando facilitar todos os meios de instrução e cortar todos os encomodos, q' resultão do isolamento das Cadeiras em diferentes pontos da Provincia, resolveo o seguinte:

Proposta

Artigo 1º A Cidade de Marianna fica considerada como centro de Estudos preparatórios da Provincia.

Artigo 2º Para esta Cidade serão removidas as Cadeiras de Geometria, e Filosofia já creadas no Ouro Preto.

Artigo 3º Fica creada igualmente uma Cadeira de Francez

Artigo 4º Os professores destas Cadeiras gozarão de todos os beneficios concedidos pela Lei de 15 de outubro de 1827 aos professores de Primeiras Letras. (Salla do Conselho Geral 10 de Janeiro de 1831= Bhering). (MINAS GERAIS, CGP 4, p. 46-47, Grifo nosso)

[...]. (Salla do Conselho Geral, 10 de janeiro de 1831). (MINAS GERAIS, CGP 4, p. 46v.)

Lê-se, no texto normativo da proposta de criação da primeira Cadeira de francês da instrução pública de Minas Gerais, que a língua francesa viria compor o quadro dos estudos ditos preparatórios, ou seja, aos alunos se destinavam “à carreira da Magistratura.” De fato, a Lei Imperial de 11 de agosto de 1827, que cria dois cursos de ciências jurídicas e sociais — um em São Paulo e outro em Olinda — exige a aprovação em francês e nas demais disciplinas, para se matricular. Diz o art. 8º:

Art. 8º. Os estudantes, que se quizerem matricular nos Cursos Jurídicos, devem apresentar as certidões de idade, por que mostrem ter a de 15 anos completos, e de aprovação da língua franceza, grammatica latina, rhetorica, philosophia racional e moral, e geometria.

No que diz respeito às finalidades inscritas na inserção da língua francesa na instrução pública, ao se tomar os textos normativos — a legislação principalmente — o ensino da língua se funda, portanto, a partir de seu caráter de instrumentalidade, visto que o ensino do francês se encontrava prescrito para os cursos que traziam as rubricas de *estudos preparatórios*, *intermédios*, ou ainda *preliminares*, outras vezes *secundário*.

É importante destacar também que o caso de Minas Gerais é tomado como exemplar, na medida em que nos permite pensar, a partir dele, a história do ensino da língua francesa no Brasil, em seus primeiros anos de formalização. Acrescenta-se a isso, o fato de já dispor de dados oriundos de pesquisa anteriormente realizada (LAGES e SILVA, 2007), na qual foi possível recortar Minas Gerais para compor o objeto de estudo.

Ao focar, portanto, o ensino do francês em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX, esse caráter de instrumentalidade continuará sendo validado por algumas das prescrições legais, incidentes a diferentes modalidades de ensino que deveriam ser organizadas na província mineira. Algumas delas serão abaixo citadas, a saber:

Os Estatutos do Seminário de Mariana, elaborados em 1837, sob prescrição da Lei Mineira nº 60, de 1837:

Cap. 11, art. 5.º Os alumnos, que se destinão ao Estado Eclesiástico, poderão, se requererem, e obtiverem dispensa do Prelado, não frequentar os Estudos Mathematicos e Lingoa Inglesa, mas nenhum poderá ser matriculado nos Estudos Theologicos sem que sejam examinados, e approvedo perante o Directorem Gramatica Latina e Nacional, Philosophia, noçoensde Retorica, e versão da Lingoa Francesa. (MINAS GERAIS, IP 1/3, cx 34 – pacotilha 3).

A Lei Mineira nº 140, de 4 de abril de 1839, que cria “duas escolas de Pharmacia, uma em Ouro Preto, outra em São João Del Rei”: “Art. 7.º Os preliminares para frequentar as Escolas são as seguintes: saber ler, escrever, as quatro operações de Arithmetica, e o conhecimento da língua Franceza.”

Na Lei Mineira nº 311, de 8 de abril de 1846, definida como “Carta de Lei, determinando que nas escolas de instrucção primaria se adopte o methodo simultaneo, declarando o Ordenado, e as habilitações que deve Ter o Professor da escola normal creada pelo Artigo 7.º da Lei n. 13”, e contendo outras disposições a respeito”:

Art. 7.º A escola normal mandada crear pelo Artigo 7.º da Lei N. 13, será estabelecida na Capital da Provincia, e n'ella provido um cidadão, que além das condições exigidas aos Artigos 3.º e 14.º da Lei N. 13. O Artigo 1.º da Lei N. 6, saiba grammatica latina, e Francez.

Interessante observar, em um discurso oficial, argumentos não apenas sobre as finalidades atribuídas ao ensino das línguas estrangeiras modernas, mas também sobre a necessidade de escolarização dos mesmos, considerando as especificidades de cada idioma naquele contexto:

Quanto às línguas Francesa e Inglesa, direi que a vulgarização daquela me parece necessária, e interessante o estudo desta, na qual, (além de se chamar comercial por excelência) acham, entre outros, excelentes tratados de Moral e de Economia Política. A francesa, que também por excelência se diz — a Diplomática —, é um abundante veículo de conhecimentos científicos, artísticos e Literários, e tão pouco elíptica, tão regular na colocação dos termos, e finalmente (...), como se qualificam as Línguas melhor organizadas, que dela dizia muito fundadamente o celebre analista Condillac — ser a mais apropriada ao estado das ciências exatas. (MINAS GERAIS: Relatório de 1859, Anexo Diretoria da Instrução Pública, p. 15).

Com base na concepção de instrumentalidade a ser desempenhada no ensino da língua, que pôde ser vista na legislação e nos discursos produzidos, as orientações de Pierre Arnaud (1989) permitem compreender tal processo, uma vez que esse autor chama a atenção para a problemática da integração de um saber na escola. Segundo Arnaud (1989, p. 29), a integração de uma nova disciplina suporia algumas condições, entre as quais a primeira é que o legislador lhe confira as finalidades. Além disso, ele, o legislador, deveria trazer a prova da utilidade de uma disciplina a ser inserida. O que se pode observar, tanto na proposta de criação da primeira Aula Pública de língua francesa de Minas Gerais quanto nos outros discursos da legislação apresentados, é que a questão da finalidade encontra-se bem expressa, classificando o ensino da língua como preparatório ou preliminar.

Um dos direcionamentos no tratamento das finalidades inscritas nas práticas de ensino, também como sugere Chervel (1990, p. 188-189), seria explorar, primeiramente, um *corpus* elabora com “textos oficiais programáticos, discursos ministeriais, leis, ordens, decretos, acordos, instruções, circulares, fixando os planos de estudos, os programas, os métodos, os

exercícios, etc.”. Entretanto, entre as categorias descritas, só foi possível contar com algumas rubricas utilizadas na legislação para classificar a disciplina, além dos *Projectos de Estatutos para os Collegios* (MINAS GERAIS, SP IP 3/5, cx 4 – pacotilha 2, grifo nosso), documentos que permitem pensar como as práticas de ensino da língua eram, *a priori*, concebidas.

Quanto aos textos legislativos, foram selecionados: a proposta de Antônio J. Ribeiro Bhering, de 1831, que classifica a disciplina como *gramática francesa*; a Lei n. 307 de 8 de abril de 1846, que prevê a criação da Cadeira de “Latinidade e Poética na Villa do Presídio”, cujo professor deverá ensinar a “*traducción da lingua Franceza*.” (grifos nossos). Portanto, as rubricas *gramática* e *tradução* utilizadas pela legislação para definir a disciplina constituem referenciais para se pensar como o ensino da língua era concebido.

Já os *Projectos de Estatutos para Collegios*, de 25 de julho de 1837, que também classificam a disciplina como *gramática da lingua francesa*, instituem que no ensino deverão ser exercitadas as seguintes aptidões: tradução, gramática, fala e escrita:

Cap. 6º, Art. 3º. O segundo curso he o de gramática da Lingoa Francesa, Noçoens de Geografia e Historia. O Professor desta Cadeira ensinará a Gramática desta Lingoa, a traduzir com elegância qualquer Autor Francês, e exercitará os alumnos a falar, e a escrever corretamente o idioma Francês.

Cap. 3º. Dos meios de Emulação

Art. 1º. Hua vez no anno quando pelo Conselho dos Lentes for resolvido em hua das sallas do Collegio, reunidos os Lentes, Estudantes, e mais pessoas que quiserem concorrer se fará em dia destinado por annuncios se fará a solenne proclamação dos sentidos, que em Lingoa Nacional, Latina ou Francesa d’antemão tiverem sido distribuidos; findo este acto os Estudantes mais adiantados de cada hum dos Cursos farão hua dissertação litteraria, ou representarão hua Peça Theatral em Lingoa Nacional, Latina ou Francesa.

Por sua vez, também as atas de exames de professores podem ser tomadas nessa concepção de ensino da língua, visto que informam as “aptidões” exigidas do futuro professor público. Eis, pois, o repertório dessas aptidões, conforme os exames realizados: *tradução* (francês/português); *versão* (português/francês); *pronúnciação* (na leitura); *gramática*; *conversação* ou *fala*. Atas de Exames de dois candidatos à Cadeira Pública de francês da Cidade de Ouro Preto, em 1835, mostram os conhecimentos, ou aptidões, exigidos dos candidatos no concurso.

Veja-se, primeiro, o parecer sobre o candidato aprovado:

Tendo de dar nosso parecer a que temos procedido, he o seguinte:
O Examinado traduziu o Francez, em Portuguez com alguma dificuldade nas significações das palavras; mas mostrou entender o sentido, por onde julgamos que pode ser aprovado, visto que como o uso do dicionário vencerá um obstáculo.

A versão do Portuguez p/a o Francez esta correcta, e a poderá ensinar com vantagem.

Sobre a pronunção, a gramática somos de parecer que está em termos de ser approved.

Ouro Preto 2 de [...] de 1835

Joaquim A. [...] Leão

Alexandre Amedée Lavaissière. (MINAS GERAIS, IP 3/3, cx. 11 – pacotilha 7, doc. 1).

Agora, o parecer sobre o segundo:

Tendo de dar o nosso juízo a respeito do exame feito pelo 2º candidato á Cadeira de Francez, declaramos o seguinte Pronunção na leitura he boa, deixando alguma cousa a desejar.

A tradução do Francez p/a Portuguezhe boa e facil.

A do Portuguez para o Francez teve alguns defeitos.

Ainda que respondesse satisfatoriamente sobre algumas questões de gramática, á outras não satisfez.

Sobre a conversação tem vários vicios que poderão ser corrigidos com o exercicio.

Ouro Preto 10 de [...] de 1835

Joaquim A. [...] Leão

Alexandre Amedée de Lavaissière. (MINAS GERAIS, IP 3/3, cx 11 – pacotilha 6, doc. 19)

Tem-se, pois, nos documentos de prescrição ou avaliação, a *gramática*, a *tradução*, a *versão*, a *pronunção* (na leitura), a *composição* e a *conversação* ou *fala*, compondo o quadro das aptidões que define a concepção das práticas de ensino/aprendizagem do francês como língua estrangeira em seus primeiros momentos de escolarização.

Sobre os métodos de ensino concernentes, em 1832, o Conselho Geral da Província de Minas Gerais elaborou um *Projecto de Estatutos para Licêos de Instrucção Litteraria Elementar da Província de Minas*, publicado em números seguidos do *Jornal da Sociedade Promotora da*

Instrução Pública, de Ouro Preto, no decorrer de 1832. O referido projeto trata a questão dos métodos da seguinte maneira:

CAPITULO II.

Objecto geral da instrução subministrada por cada uma destas Disciplinas.

§. 4º . No methodo de ensino das línguas Franceza, e ingleza tratarão os professores de cada uma d'ellas de fazer estudar aos seus discipulos com toda a perfeição as suas gramáticas respectivas; indo de caminho mostrando-lhe as mais notáveis diferenças, que entre ellas existem, e a grammatica da lingua nacional; os seus idiotismos, elegancias, e bellezas; passando-os logo depois á traducção de alguns livros mais doutrinaes, assim prosaicos, como provas, escriptas nas duas línguas, para o idioma Nacional, e desta para o Francez e Inglez, em cujo ensino deverão com particularidade esmerar-se; afim de que seus discipulos saião peritos o mais possível na traducção oral, ou por escripto de cada uma destas línguas estrangeiras para a nacional. [...] (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO PUBLICA, p. 58, 4 out. 1832).

A ideia do método acima descrito era aprender a língua estrangeira por *comparação* com a nacional. Ajuda a compreender mais desse método de *comparação* proposto para o aprendizado de línguas uma obra⁸ publicada no final do século XVIII e localizada no fundo de Obras Raras do APM. A referência aqui é ao livro didático: *Mestre Francez ou Novo Methodo para Aprender com Perfeição, e ainda sem Mestre a Lingua Franceza por meio da Portugueza, confirmado como exemplos escolhidos e tirados dos Melhores Authores, oferecido á estudiosa Mocidade Portugueza por F.B.D.L. (Lisboa, M. DCC. LXXXI)*. (OR PERI 0023, séc. XVIII, flash 2 – gaveta B-5). Para se ter uma ideia da proposta de tal método, abaixo, como exemplo, um trecho do livro (p.2):

Das vogais simples

A

Esta letra he de todas as vogais a mais simples, é a mais facil para pronunciar; mas devo advertir, que tem o som mais aberto, e mais claro, do que na lingua Portugueza.

Quando se escreve essa vogal sem accento, denota a terceira pessoa do verbo auxiliar Haver, *avoir*.

Elle tem hum livro

Há hum Deos

Elle tem estudado

Il a un livre

Il-y-a un Dieu

Il a étudié

i-lá eun livre

i-li á eun dieu.

i-lá étudié

⁸ O uso dessa obra não foi possível ser identificado, apesar de constarem algumas assinaturas de posse na capa.

A respeito desse método de aprendizagem de línguas “por comparação” com a nacional, é importante ressaltar a permanência dessa prática que atravessa todo o século XIX e avança pelo século XX. Isso se torna evidente quando a reforma educacional Francisco Campos, de 1931, prescreve 33 “Instruções Metodológicas” que deviam ser seguidas no ensino das línguas estrangeiras, para o qual, a partir de então, deveria adotar-se o *método direto*, ou seja, o ensino da língua estrangeira na própria língua estrangeira e não mais pela mediação da nacional. Seguindo esse novo método, o sentido das palavras não seria mais transmitido pela tradução, mas pela *ligação direta* do objeto à sua expressão completa e inteligível. O que não significa, contudo, que as práticas tenham se modificado de imediato. Mas o fato é que se trata de uma circulação de novas ideias sobre a concepção de ensino/aprendizagem dos idiomas estrangeiros.

4 Entre francicismos, francofilia e defesa da língua nacional

— Nem piano nem francês, outra lacuna, que Sofia mal podia desculpar. Dona Augusta não compreendia a consternação da sobrinha. Para que francês? A sobrinha dizia-lhe que era indispensável para conversar, para ir às lojas, para ler romance...

— Sempre fui feliz sem francês, respondia a velha [...].

— Nem por isso lhe hão de faltar noivos.

[...]

Em certas ruas Maria Benedita não perdia tempo: lia as tabuletas francesas, e perguntava pelos substantivos novos que a prima, algumas vezes, não sabia dizer o que eram, tão estritamente adequado era o seu vocabulário às coisas do vestido, da sala e do galanteio. (Machado de Assis. 1995, p. 73-78).

O excerto acima faz parte do romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis. Publicado em 1891 e ambientado nas últimas décadas do século XIX, este romance nos aproxima da ambiência cultural da segunda metade dos oitocentos, narrando hábitos da elite do Rio de Janeiro. Permite-nos uma aproximação do francicismo e da francofilia como traços de distinção almejados por essa elite, que tinha a Europa e a França, de modo específico, o espelho da civilidade e civilização desejadas. Assim como tratamos nos tópicos anteriores, por meio dos estudos de Allencastro e de Gilberto Freyre.

Momentos de paradoxo? A mesma língua portadora de um paradigma de civilidade, que permite o acesso ao conhecimento necessário a uma sociedade esclarecida e que se deseja

civilizada, poderia apresentar um aspecto negativo a partir do momento em que passava a interferir na identidade da nação, vislumbrada, também, por meio da unidade de sua língua pátria? Em que medida teria experimentado a sociedade brasileira oitocentista esse paradoxo que, ao mesmo tempo em que via no outro a imagem ideal de si – esse outro representado e assimilado também por sua língua –, sentia sua integridade ameaçada como nação, pelo viés da descaracterização do seu vernáculo? Existem alguns estudos, como os de Freyre (1940), apresentados neste estudo, que trataram dessa questão mais detidamente.

Tais manifestações não se davam sem tensão, ao considerarmos, por exemplo, os defensores de um purismo da língua portuguesa, além de críticas direcionadas às matérias ensinadas nas escolas, sobretudo no ensino secundário, com prevalência dos idiomas estrangeiros à língua portuguesa. Como tratado nos tópicos 1 e 2, a necessidade do ensino da língua francesa se justificava por ser aquela que permitia acesso à entrada nas academias de ensino superior, além de servir como meio de acesso à aprendizagem, visto que a maioria dos manuais escolares do ensino secundário eram publicados em francês. E, como já tratado, permitir a leitura dos acervos das bibliotecas, cuja maioria dos títulos era publicada em francês. Como diz a personagem Sofia, do romance de Machado de Assis, servia também para ler romances.

Um dos defensores mais ferrenhos do purismo da língua portuguesa, contrapondo-se à forte presença do léxico francês no idioma nacional, foi o padre Lopes da Gama. Pernambucano, além das funções religiosas, ocupou importantes cargos políticos, exerceu o magistério como professor de eloquência nacional, literatura, retórica. E destacou-se como redator de importantes jornais de Pernambuco e da Corte, no Rio de Janeiro. O pesquisador Shapochnik (1999), já citado por este trabalho, transcreve um trecho de um texto de Lopes Gama, publicado na coluna “Variedades” do *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*. Há, em tal trecho, não só uma crítica ao ensino da língua portuguesa, considerado deficiente, como também do ensino de línguas, definido como precário. E uma manifestado e clara defesa por um ensino qualificado da língua portuguesa:

O que nos falta é haver quem faça instruir, antes de tudo, a nossa mocidade em sua língua nacional. Qual é ordinariamente a nossa educação a este respeito? O menino apenas lê na escola quatro regrinhas, a que dão o nome de grammatica portugueza, e sem mais nenhum conhecimento da língua

materna, do que o usual e do gosto commum miseravelmente amalgamado com inúmeros barbarismos, solecismos e gallicismos, passa logo a estudar mui superficialmente o latim, e dali o francez e mais francez. O jovem lê por outros livros: e o resultado de tudo isso é ficar fallando uma geringonça ridícula, que nem é francez nem portuguez. [...]

As escolas e mestres de francês e inglês andão por ahi a granel: só ninguém cuida de aprender a língua materna: porque? Talvez por entenderem que não é preciso aprender, que basta o portuguez que nos ensinarão nossas amas, nossos escravos, nossos mestres capadócijs (muitos dos quais escrevem *saptisfeito* e *progunta*), e o sarapatel gallo-luso que geralmente se falla por ahi; mas se não sabemos a precito de nossa própria língua, como aprender capazmente as estranhas? (LOPES DA GAMA, 1844 *apud* SHAPOCHNIK, 1999, p. 302)

Considerações também pertinentes às influências francesas no uso do vernáculo ocorreram na província mineira no final da década de 1850. Temos, no relatório do Presidente da província, em 1859, uma preocupação do diretor-geral da Instrução com a grande influência dos “galicismos” na língua portuguesa, ou seja, há indícios de que a língua francesa era praticada a tal ponto que interferia no léxico do vernáculo.

[...] Da negligencia com que entre nos tem sido estudada a rica Lingua Portugueza tem provindo esses gallicismos, muitas vezes superfulos ou inadmissiveis, de que se achão inçados muito dos nossos escriptos, sem nos lembrarmos de que, como pensava Voltaire, aquillo que deprava a Lingua, deprava o gosto. Conviria que nas respectivas aulas fosse forçado o estudo do Glossario dos termos, phrazes ou contrucções francezas, de que deve ser escoimada a portugueza.[...] (Relatorio sobre o Estado da Instrucção Publica na provincia de Minas Geraes que ao Illm. E Exm. Sr. Conselheiro Carlos Carneiro de Campos apresentou o Director Geral da mesma Instrucção, Rodrigo José Ferreira Brettas em março de 1859).

Percebemos, portanto, também no discurso acima, um pleito pelo purismo da língua portuguesa, da qual os galicismos deveriam ser escoimados. Aproximando-se, com isso, da mesma defesa do idioma nacional proferida pelo padre Lopes da Gama.

Conclusão

Procedeu-se neste trabalho a uma abordagem da circulação da língua e da cultura francesa no Brasil a partir das primeiras décadas do século XIX, quando o francês passa a

concorrer com o latim como língua culta. Esse movimento se justificou pelo fato de se pretender encontrar elementos que nos levassem a compreender o processo de inserção da língua francesa na instrução pública, passando das práticas culturais para as práticas também escolares. Destaca-se aí, por meio do acúmulo de estudos – sobretudo aqueles da história do livro e da leitura – a forte presença da cultura francesa no Brasil, que se fazia notar especialmente pela circulação de livros e impressos.

Já no que diz respeito à organização formal do francês como disciplina escolar, foi possível uma aproximação dos textos legislativos que prescreveram o ensino da língua, que se assentou na instrução secundária em cursos denominados preparatórios, intermédios ou ainda preliminares, evocando nesse repertório de termos o seu caráter de instrumentalidade. Em seus primeiros momentos de escolarização, produziu-se a disciplina como “preparatória” não só para o ingresso nas academias, como também para outros cursos criados na província, como os de farmácia ou da escola normal.

Sobre as habilidades a serem desenvolvidas, documentos de prescrição ou avaliação indicaram a *gramática*, a *tradução*, a *versão*, a *pronúncia* (na leitura), a *composição* e a *conversação* ou *fala*; habilidades que compuseram o quadro que define a concepção das práticas de ensino/aprendizagem do francês como língua estrangeira em seus primeiros momentos de escolarização. Destaca-se aí, porém, a habilidade de *tradução*, na qual os alunos deveriam sair *peritos*. Quanto ao método de ensino dos idiomas modernos, inglês e francês, deveria ser aquele da *comparação* com a língua nacional.

Quanto às interferências no idioma nacional, foram destacados discursos defensores de um purismo linguístico, na medida em que se propalava a extinção do léxico francês na língua portuguesa. Além de críticas à sobreposição do ensino de outros idiomas, como o latim e o francês, em detrimento da língua pátria.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil: a corte e modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- ALMEIDA, Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. 2. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.

ARNAUD, Pierre. La mise em forme scolaire de l'éducation phisique. *Revue Française de Pédagogie*, p. 29-34, 1989.

ASSIS, Machado de. Quincas Borba. 13. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Serie Bom livro).

BURKE, Peter. *Heu domine, adsunt turcae*: esboço para uma história social do latim pós-medieval. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (Org.). *Linguagem, indivíduo e sociedade: uma história social da linguagem*. São Paulo: UNESP, 1993.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHAMON, Carla Simone. Um educador mineiro na França: A viagem do professor Francisco de Assis Peregrino em 1836. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al.* (Org.) *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

CHERVEL, A. A história das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, 1990.

CHERVEL, André. *La culture scolaire: une approche historique*. Paris: Belin, 1998.

CHERVEL, André; Marie Madeleine, COMPÈRE. *Les humanites dans l'histoire de l'enseignement français*: histoire de l'éducation. Paris: INRP, 1997, p. 7-38.

COSTA, Wilma Peres. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS *et al.* (Org.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 57 -81.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. Documentos brasileiros, v. 26.

GAMA, Lopes da (padre). Diagnóstico. *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*. Caderno Variedades, 25-26 mar. 1844, *apud* SHAPOCHNIK, Nelson. *Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial*. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 302.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundario no império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LAGES & SILVA, Rita Cristina Lima; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *O ensino de francês em Minas Gerais entre 1831 e 1855*. 2007. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Uma contribuição da História para uma história da educação. In: *Contribuições das ciências humanas para a educação: a historia*. Brasília:

MORAIS, Christianni Cardoso. *Para o aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João Del Rei (1824-1831)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835 – 1892)*. Brasília: Ed. UNB/ FINATEC, 2003.

RODRIGUES, José Carlos. *Ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SALES, Zeli Efigênia Santos de. *O Conselho Geral da Província de Minas Gerais*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do Arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 273-311.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia. *Leitura, História e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 183 -212.

FONTES IMPRESSAS E MANUSCRITAS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1994.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Decreto imperial de 25 de julho de 1831.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Decretos imperiais de 11 de novembro de 1831.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Lei imperial de 1º de outubro de 1828.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Lei Imperial de 11 de agosto de 1827.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Lei Imperial de 15 de outubro de 1827.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Resolução de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço de 14 de julho de 1809.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Resolução Imperial de 15 de novembro de 1827.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (O). Ouro Preto (1832 – 1834). Biblioteca Nacional, RJ.

LEIS MINEIRAS Lei n. 13 de 28 de março de 1835.

LEIS MINEIRAS⁹. Lei n. 1 064 de 4 de outubro de 1860.

LEIS MINEIRAS. Lei n. 127 de 14 de março de 1839.

LEIS MINEIRAS. Lei n. 140 de 4 de abril de 1839.

LEIS MINEIRAS. Lei n. 245 de 14 de julho de 1843.

LEIS MINEIRAS. Lei n. 307 de 8 de abril de 1846.

LEIS MINEIRAS. Lei n. 311 de 8 de abril de 1846.

LEIS MINEIRAS. Lei n. 60, de 7 de março de 1837

LEIS MINEIRAS. Lei n. 80, de 1837

LEIS MINEIRAS. Regulamento n. 27, de 3 de janeiro de 1854

LEIS MINEIRAS. Regulamento n. 28, de 10 de janeiro de 1854.

LEIS MINEIRAS. Regulamento n. 3, de 22 de abril de 1835.

LEIS MINEIRAS. Regulamento n. 4, de 24 de abril de 1835.

LEIS MINEIRAS. Resolução n. 108, de 6 de abril de 1838.

LEIS MINEIRAS. Resolução n. 389, de 10 de outubro de 1848.

LEIS MINEIRAS. Resolução n. 397, de 10 de outubro de 1848.

MESTRE Francez ou Novo Methodo para Aprender com Perfeição, e ainda sem Mestre a Lingua Franceza por meio da Portugueza, confirmado como exemplos escolhidos e tirados dos Melhores Authores, offerecido á estudiosa Mocidade Portugueza por F.B.D.L. Lisboa, 1781. Divisão de Obras Raras. OR PERI 0023, séc. XVIII.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. *Diversos*: provas e pareceres (Atas) – 1837... Instrução Pública. SP IP 3/3, cxs. 11 e 22.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. *Estatuto do Collegio Nossa Senhora d'Assumpção* – [s.d]. Instrução Pública. SP IP 183.

⁹ A Legislação Mineira consultada encontra-se na Coleção de Leis Mineiras do acervo do Arquivo Público Mineiro.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. *Presidentes da Província/Fallas* – 1835-1842. Divisão de Obras Raras, OR PERI 0012, séc. XIX.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. *Registro de propostas do Conselho Geral da Província*– 1828-1832. Conselho Geral da Província. CGP 4.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. *Relatórios ao Conselho Geral da Província* – 1828-1833. Divisão Obras Raras. OR PERI 012, séc. XIX.

MINAS GERAIS. Relatórios dirigidos à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelos Presidentes da Província – 1837-1889. Disponível em: <<http://www.crl.edu/catalog/index.htm>>. . Acesso em: 05 jun. 2022.

UNIVERSAL (O). Ouro Preto (1825-1842). Divisão de microfilmes/Biblioteca da FAFICH/UFMG.